AP Agenda Política
ISSN 2318-8499

Apresentação de Dossiê

Legitimidade Democrática em Tempos de Crise

DOI: https://doi.org/10.14244/agenda.2023.3.0

Matheus Ferreira
Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e pesquisador do Centro de Estudos do Comportamento Político (CECOMP - UFMG) e do Núcleo Interdisciplinar de Políticas Públicas e Opinião Pública (NIPP - UFSC). Bolsista de Pós-Doutorado na Universidade Federal de Santa Catarina- UFSC (FAPESC - CNPq).
E-mail: ferreira.dcp@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0000-0003-3037-9309

Gustavo Ribeiro
Professor Adjunto da Universidade Federal do Pará – Faculdade de Ciências Sociais e Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Doutor em Ciências Sociais pela UFRN (2014). Realizou estágio pós-doutoral no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e do Centro de Estudos do Comportamento Político (CECOMP) da UFMG (2020). Coordenador do Grupo de Estudos Comportamento Político e Sociedade (CPOLS).
E-mail: gcmribeiro@ufpa.br
Orcid: https://orcid.org/0000-0002-6467-6558

1 Introdução

A partir da última década, em esfera global, os debates públicos e acadêmicos acerca da democracia adentraram um novo estágio, caracterizado por um amplo diagnóstico de crise. Em substituição aos momentos anteriores, marcados, dentre outras, pelas controvérsias acerca dos diversos modelos democráticos normativos ou por discussões como aquelas sobre os processos de democratização, esse novo estágio é suscitado por fenômenos políticos que colocaram em questão as experiências democráticas vigentes. Da ascensão da extrema direita à crise dos partidos de massa, da crescente influência de lideranças populistas aos processos de *democratic backsliding* (Waldner; Lust, 2018) – a lista é extensa e suscitou respostas analíticas diferentes.

Algumas mobilizaram um repertório mais institucionalista, das violações das regras do jogo e do papel das elites políticas nesse processo (Przeworski, 2020; Levitsky; Ziblatt, 2018). Outras recorreram às atitudes políticas dos cidadãos (Kalmoe; Mason, 2022; Norris; Inglehart, 2019; Mounk, 2018; Foa; Mounk, 2016). Com relação à segunda vertente, existe um ceticismo sobre o impacto das

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença *Creative Commons Attribution*, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

atitudes dos cidadãos sobre o futuro da democracia, mesmo existindo uma longa tradição de pensadores que indicam sua importância para a manutenção das democracias (Easton, 1965; Eckstein, 1961; Mattes; Bratton, 2007; Norris, 2011; Rose; Mishler; Haerpfer, 1998). Consequentemente, a questão posta por eles se mantém em aberto – será que as atitudes das pessoas afetam os rumos da democracia?

O debate sobre opinião pública e qualidade das democracias possui uma importância histórica, que remonta à preocupação com a consolidação da própria democracia no contexto pós-guerras. Tal preocupação era motivada pela possibilidade de enraizamento de valores e atitudes antidemocráticas (herança autoritária), formadas pelos regimes anteriores. O trabalho seminal de Almond e Verba (1963) estabeleceu fatores políticos associados à consolidação da democracia, com destaque para a cultura cívica. Embora tenha sido uma contribuição valiosa, a definição de cultura política democrática foi marcada pela ênfase nas atitudes em relação ao sistema político e ao papel dos indivíduos nesse sistema. Nesse sentido, um indivíduo democrata é aquele que internalizou o sistema democrático, em termos cognitivos, sentimentais e avaliativos.

A partir dessa obra, consolidou-se o debate sobre atitudes democráticas no nível da opinião pública na Ciência Política. Muitos avanços foram feitos desde então, com destaque para a problematização de Norris (1999) acerca do conceito de cidadão crítico. Na contramão de Almond e Verba (1963), Norris apresentou uma compreensão de que era possível um cidadão ser democrático mesmo sem confiar nas instituições, em seus representantes e nos *outputs* governamentais. Essa confiança é fundamental para os primeiros autores.

Outros estudos, que se dedicaram a analisar os fatores que competem pela formação de uma cultura política democrática e sua manutenção, também contribuíram para esse debate. Nesse campo, encontramos trabalhos que mostram como as atitudes democráticas não são cristalizadas nos indivíduos, mas sofrem efeitos do contexto (efeitos de curto prazo). Variáveis como corrupção, violência, desempenho da economia, vitória do candidato na eleição, entre outros, afetam os níveis de satisfação e confiança na democracia (Teles, 2023; Moisés; Meneguello, 2013).

Todo esse debate ajudou a consolidar a ideia de que uma cultura política democrática e o apoio à democracia deveriam adotar um conceito multidimensional (Moises, 2013). Assim como existem diferentes visões de democracia (Davis; Gaddie; Goidel, 2022; Ferrin; Kriesi, 2016), devemos compreender as atitudes democráticas em suas múltiplas dimensões. Na esteira desse modelo, foram produzidas análises que identificaram as atitudes dos públicos de massas como elementos fundamentais para se compreender as crises contemporâneas da democracia. Um dos principais conceitos formulados nesse sentido foi o de reação cultural, proposto por Norris e Inglehart (2019). Para os autores, as democracias estariam sendo ameaçadas por lideranças populistas de extrema-direita que chegaram ao poder mobilizando uma retórica de guerra cultural. Nessa guerra, os populistas se colocavam como autênticos representantes do povo virtuoso, cujos valores estavam sendo ameaçados pelos imigrantes e por uma elite corrupta. A crise da imigração seria um dos pontos centrais para entender a ascensão populista nos Estados Unidos e principalmente na Europa, em que os imigrantes

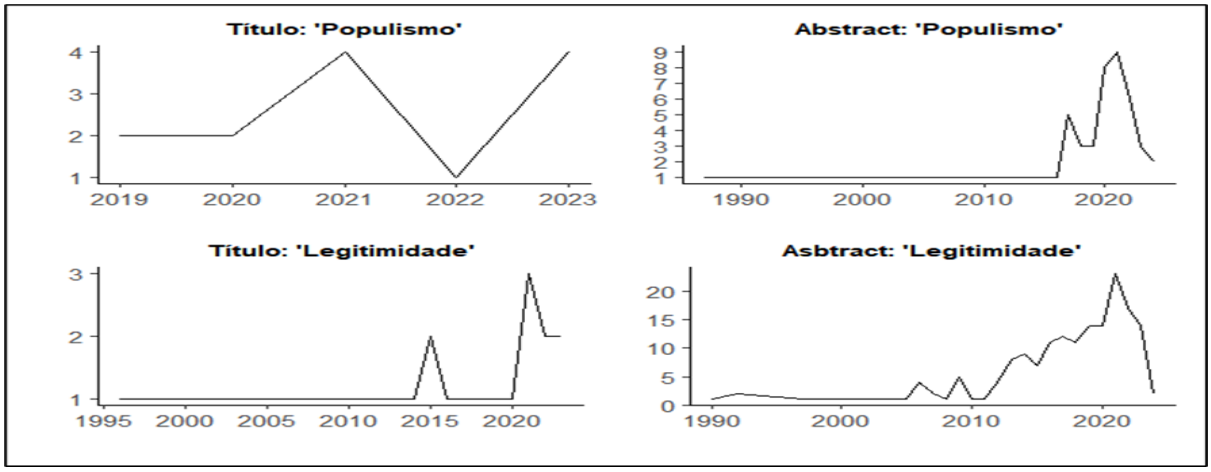
muçulmanos foram estigmatizados como sendo os inimigos dos valores judaico-cristãos e seculares que consolidaram a cultura nacional daqueles países.

Para além desses países, também houve um crescimento de lideranças populistas de extrema direita na América Latina. O problema é que a imigração não é um problema central no continente e os países daqui não colecionam as condições necessárias para uma reação cultural nos termos de Norris e Inglehart (2019). Na ausência da imigração, temas como violência, corrupção, crises econômicas e ameaça comunista ganharam destaque. Especificamente sobre o Brasil, evidências produzidas demonstram que a eleição de Bolsonaro, um líder de extrema-direita, que resultou em uma ameaça à democracia[1], está associada a fatores como ideologia e atitudes iliberais (Fuks; Marques, 2021; Silva; Fuks; Tamaki, 2022), retórica populista (Dias; von Bülow; Gobbi; 2023), antipartidarismo (Borba; Okado; Ribeiro, 2023; Fuks, Ribeiro; Borba, 2021), uso de redes sociais (Casalecchi; Vieira, 2023) entre outras atitudes antidemocráticas (Vidigal, 2022).

1.1 Crise da democracia e legitimidade democrática: olhares a partir do Brasil

Um rápido exercício pode ser feito no sentido de compreender o quanto os delineamentos dos debates acima foram absorvidos em âmbito nacional. A Figura 1, abaixo, reproduz uma busca no repositório do *Google Scholar*, usando o software *Publish or Perish*[2], sobre alguns dos temas mais comuns nas abordagens aqui consideradas.

Figura 1 – Busca pelos termos "populismo" e "legitimidade" na base de dados Google Acadêmico (Software Publish or Perish)



Fonte: Elaboração dos autores.

[1] Segundo dados do Índice de Democracia, o saldo democrático no governo de Bolsonaro foi negativo. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/brasil-cai-quatro-posicoes-em-indice-global-de-democracias/>. Acesso em: 20 mai. 2024.

[2] Como mecanismo de busca, utilizamos no título "Crise*" AND "Democracia*" e para as palavras-chave, "legitimidade" OR "populismo" OR "atitudes". Utilizamos o máximo de itens possíveis no buscador (1000).

Nos últimos dez anos, houve um aumento no uso das palavras "populismo" e "legitimidade" (a primeira em menor grau), evidenciando uma preocupação da academia brasileira com os rumos da democracia. O tema do populismo, em especial, surge a partir de 2018, quando Jair Bolsonaro foi eleito presidente do Brasil. Apesar disso, ao tratar do tema crise da democracia, ainda são poucos estudos que fazem menção a "populismo", espaço que é mais ocupado pelo debate sobre "legitimidade".

Esses dados descortinam o quanto ainda se pode avançar nesses debates no âmbito da academia brasileira. Dessa forma, os textos compilados no presente dossiê buscam abordar a crise da democracia e a legitimidade democrática a partir de olhares principalmente voltados ao Brasil. Tais escritos se baseiam em perspectivas temáticas e conceituais plurais, além de empreenderem análises tanto dos condicionantes quanto das consequências dos fenômenos estudados. Inicia-se com uma discussão de ordem teórica sobre interpretações consagradas acerca da crise da democracia – esta é a proposta de **Esse não é mais um artigo sobre crise da democracia: análise comparativa de diagnósticos de crise pós-2016**, de Gabriel Vieira Terenzi, Letícia Scheidt Gregianin e Fernando de Brito Alves. Esse primeiro artigo direcionado às questões conceituais é sucedido por um escrito no qual a análise institucional é mobilizada para pensar a legitimidade democrática sob a ótica do enfrentamento a um dos processos a ela mais perniciosos – a desinformação. Trata-se do texto **A legitimação do processo democrático: o TSE e a atuação contra a desinformação nas eleições presidenciais de 2022**, produzido por Emmanuel Teófilo Furtado Filho, Emanuel Freitas da Silva e Ítalo Said de Castro.

Do institucional, passa-se, na sequência, à análise de atitudes e comportamentos no âmbito do público de massas brasileiro. Aqui o destaque é para a compreensão de partidarismo, ideologia e preferências eleitorais como condicionantes para o voto e a adesão a valores democráticos. Isso é feito pelo texto produzido por Éder Rodrigo Gimenes, Filipe Vicentini Faeti e Daniel Leonel da Rocha, intitulado **Sentimentos partidários, posicionamento ideológico e voto nas eleições presidenciais de 2014**. Ao final, é abordada uma dimensão específica do funcionamento do Estado democrático de direito que é a garantia de direitos individuais. Nesse caso, é analisada a garantia dos direitos reprodutivos no Brasil, com **Controle reprodutivo e aborto: uma análise biopolítica dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres**, texto de Ana Claudia Delajustine.

Terenzi, Gregianni e Alves exploram como as diversas "tradições" teóricas elaborara diferentes diagnósticos sobre crise da democracia. Frente às obras fundamentais de autores como Przeworski, Thornhil, Runciman, Diamond e Castells o artigo busca observar convergências e distanciamentos nos diagnósticos dos processos de crise democrática. Diversos aspectos são abordados nesse sentido – nomenclaturas, métodos, conceitos e indicadores; identificação dos principais atores e processos responsáveis (especialmente do populismo e dos partidos políticos); apresentação de soluções às crises. Embora sejam identificadas diversas divergências dos autores analisados nesses quesitos, o artigo identifica algumas convergências. Claramente, Przeworski, Runciman e Diamond partem de concepções mais identificadas com a tradição liberal, ao passo que Castells se identifica com modelos democráticos alternativos. Não obstante as confluências, há vários pontos de discordância – por um lado, as atitudes democráticas fazem parte do quadro analítico de Castells e Diamond, por outro, é o

populismo (compreendido através de diversos pontos de vista) habita as abordagens de Thornhill, Przeworski e Runciman. Igualmente, esses últimos autores enxergam as crises como condições inerentes à política democrática, ao passo que os primeiros as identificam em elementos mais concretos da conjuntura política contemporânea. Ao fim e ao cabo, tem-se um panorama multifacetado das interpretações dos processos de recesso democrático em curso.

Em seu artigo, Furtado Filho, Silva e Castro partem de uma compreensão de desinformação que enfatiza o caráter intencional e estratégico da produção de informações falsas direcionadas aos cidadãos. A partir daí, compila e analisa as ações extrajudiciais e judiciais do Tribunal Superior Eleitoral que buscaram combater tal uso estratégico da desinformação durante as eleições de 2022. No primeiro quesito, são enfatizadas as campanhas no sentido alertar o eleitorado sobre o problema, a disponibilização de canais de checagem de informações e as parcerias com plataformas de mídias sociais buscando uma maior celeridade na punição e remoção de conteúdos falsos. Já no segundo, tem destaque, principalmente, a análise de representações da coligação encabeçada pelo então candidato Luís Inácio Lula da Silva contra peças desinformativas lançadas contra sua campanha. O artigo enfatiza as variações da corte, que ora privilegiou a liberdade de expressão, ora agiu para sancionar o uso da desinformação.

Gimenes, Faeti e Rocha abordam uma conjuntura crítica da democracia brasileira – as eleições de 2014. Após o ano de 2013, marcado por protestos de rua, o pleito do ano seguinte colocou em disputa eleitores favoráveis ou contrários à manutenção da gestão Dilma Rousseff. Os autores argumentam ser comum opor, de um lado, partidários do Partido dos Trabalhadores (petistas), pessoas que se entendem identificam como de esquerda e eleitores de Rousseff, e, de outro, antipetistas e eleitores autoposicionados à direita. No entanto, eles buscam colocar em perspectiva tais rótulos ao analisar tanto seus condicionantes sociais e políticos, quanto seu poder preditivo em relação a questões como o apoio a políticas e, principalmente, a adesão a valores democráticos. Especialmente levando em consideração as atitudes da cidadania em relação à democracia, o artigo demonstra que, naquele momento, embora a ampla maioria do eleitorado apoiasse a democracia, apenas 40% disseram estar satisfeitos com o funcionamento do regime. Seus dados, ademais, demonstraram uma maior satisfação com a democracia por indivíduos identificados com o PT, a esquerda e o governo Dilma do que os antipetistas e direitistas – padrão divisivo que viria a se reproduzir na avaliação de políticas públicas.

Delajustine busca abordar a questão dos direitos reprodutivos no Brasil a partir de uma compreensão da criminalização do aborto como forma de controle biopolítico sobre os corpos femininos. Para tanto, elabora estratégias de análise teórica e histórica da questão. Ademais, à luz de apreciação do arcabouço legal vigente, de dados quantitativos e de relatos de mulheres, traça um importante panorama da denegação das liberdades reprodutivas. A despeito da criminalização do aborto, instituída legalmente desde 1940, há uma realidade de ampla disseminação no país. Conforme estimativas, citadas pelo texto, uma em cada sete mulheres de até quarenta anos passou por uma situação de aborto clandestino no país. Essa contínua realidade é enfrentada tribunais superiores, tais

como da ADPF 442, porém sem grandes avanços. Por outro lado, tramitam no Congresso Nacional, propostas de cerceamento do direito ao aborto mesmo em casos previstos pela atual legislação.

Por meio dessas contribuições, o "Dossiê Legitimidade Democrática em Tempos de Crise" abriga novos e distintos olhares sobre um fenômeno cuja compreensão ainda permanece em disputa, tanto na academia, quanto na esfera pública. Suas reflexões convidam o (a) leitor (a) a explorar possíveis repostas e novos questionamentos sobre os desafios enfrentados pela democracia brasileira no século XXI.

2 Referências

AHMED, A. Is the American public really turning away from democracy? Backsliding and the conceptual challenges of understanding public attitudes. **Perspectives on Politics**, v. 21, n. 3, p. 967-978, 2023.

CASALECCHI, G. A.; VIEIRA, A. O. Benção ou Maldição? O uso das redes sociais e atitudes democráticas entre bolsonaristas e não bolsonaristas. In: André Borges; Robert Vidigal. (Org.). **Para entender a nova direita brasileira**: polarização, populismo e antipetismo. 1ed., v., p. 339-360, 2023.

DAVIS, N. T.; GADDIE, K; GOIDEL, K. **Democracy's Meanings**: How the Public Understands Democracy and Why It Matters. University of Michigan Press, 2022.

DIAS, T; von BÜLOW, M.; GOBBI, D. Populismo, ativismo digital e ascensão da direita radical. In: André Borges; Robert Vidigal. (Org.). **Para entender a nova direita brasileira**: polarização, populismo e antipetismo. 1ed., v., p. 257-294, 2023.

EASTON, D. **A Systems Analysis of Political Life**. Chicago: University of Chicago Press. 1965.

ECKSTEIN, H. **A Theory of Stable Democracy**. Center of International Studies. Princeton, NJ: Princeton University Press. 1961.

FERRÍN, M; KRIESI, H (Ed.). **How Europeans view and evaluate democracy**. Oxford University Press, 2016.

FOA, R. S; MOUNK, Y. **The Danger of Deconsolidation**. Journal of Democracy 27(3): 5-17. 2016.

FUKS, M.; RIBEIRO, E.; BORBA, J. From antipetismo to generalized antipartisanship: the impact of rejection of political parties on the 2018 vote for Bolsonaro. Braz. **Political Sci. Rev**., São Paulo, vol. 15, nº 1, p. 01-28, 2021.

KALMOE, N. P.; MASON, L. **Radical American partisanship**: Mapping violent hostility, its causes, and the consequences for democracy. University of Chicago Press, 2022.

MATTES, R; BRATTON, M. **Learning about Democracy in Africa**. American Journal of Political Science 51(1): 192-217, 2007.

NORRIS, P. **Democratic Deficit**. Cambridge: Cambridge University Press. 2011.

ROSE, R; MISHLER, W; HAERPFER, C. **Democracy and Its Alternatives**. London: Polity Press. 1998.

TELES, J. **From the Specific to the Diffuse**: the Indirect Effect of Crime Victimization on Support for Democracy. Brazilian Political Science Review, v. 17, p. e0005, 2023.

WALDNER, D; LUST, E. **Unwelcome change**: Coming to terms with democratic backsliding. Annual Review of Political Science, v. 21, p. 93-113, 2018.